

Crónica
Parlameⁿtar

«Errare humanum est»

■ Por FERNANDO SAN MARCOS

«ERRARE HUMANUM EST», já diziam os antigos, e a citação serve, muitas vezes, nos tempos modernos, para justificar certas mudanças, cujos objectivos passam despercebidos aos mais desatentos. Não incluímos nesse quadro, por razões óbvias, a intervenção política do deputado social-democrata Silva Marques, ao emendar a mão, relativamente a posições assumidas recentemente pelo Parlamento, na sua quase totalidade, no concernente ao interposto recurso para o Supremo Tribunal de Justiça do processo em que se pretende arguir contra os responsáveis pela descolonização, mas fica-nos a dúvida quanto a um acto de autêntica contricção ou se para tal atitude terão existido «razões» (políticas) «que a razão não compreende».

Como quer que seja, a Assembleia corrigiu, de algum modo, os exageros eventualmente cometidos, na apreciação do comportamento dos magistrados ou, se quisermos, de alguns magistrados. O facto, em si mesmo, é de louvar e não seremos nós a regatear um aplauso a quem sabe reconhecer os seus equívocos. A questão suscitada há dias terá, no entanto, provocado os seus efeitos e afastado, talvez, certas veleidades, quanto à restauração de procedimentos cuja memória ainda se não perdeu na poeira dos tempos e contribuindo, até, para eliminar sonhos autocráticos, a avaliar pela repulsa que a hipótese de julgamento de atitudes políticas provocou, unanimemente, nos representantes do povo português, que não esqueceu os tribunais plenários e outros, igualmente especiais, onde a justiça, por ser cega, sistematicamente pendia para um dos lados.

E foi, aliás, essa recordação, que obrigou outros parlamentares a intervirem nesse pequeno debate, reaberto por Silva Marques, que não «podiam» compreender as razões do «abrandamento», expresso pelo parlamentar social-democrata — talvez ele próprio porta-voz de uma posição que não será intelramente a sua. «Noblesse oblige...».

MAS a questão de fundo, sugerida pela sessão de ontem da Assembleia da República, tem a ver com discussão e votação do desejo governamental de legislar sobre matéria laboral, para o que necessita da respectiva autorização legislativa da Câmara, a quem solicitou «prioridade e urgência», para tal propósito.

E daqui ressaltam várias interrogações, para as quais serão diversificadas as respostas, naturalmente influenciadas pelas interpretações que emirjam de cada uma das bancadas. A pretensão do executivo é usual e torna-se compreensível, em período longo de férias parlamentares, mas surge como carecida de lógica quando a mesma é formulada em épocas de pleno funcionamento do Parlamento; acresce a circunstância de estar em curso — e, segundo se afirma, em fase adiantada — a revisão constitucional, o que deixa admitir o estabelecimento de novos parâmetros para a actuação dos diversos órgãos de soberania, nomeadamente do Governo, que pode ver dilatado o seu campo de acção legislativa, beneficiando de eventuais cedências que a Assembleia da República lhe faça em matérias que, por ora, são de sua exclusiva competência. Porquê, então, tanta pressa?

PARA certas áreas da oposição e em particular na órbita do Partido Socialista, interpreta-se o facto como um evidente sinal das fissuras existentes nos diversos sectores da coligação no poder, o que nos leva à aceleração de divesos tipos de procedimento como incentivo e estímulo a uma coesão, mesmo fictícia, imposta por interesses comuns das diversas bases de apoio da AD.

Por outro lado, correntes sindicais também distanciadas da Aliança Democrática radicalizam a sua apreciação, considerando a necessidade de «pagar a factura»... antes que seja tarde.

Para o Governo, porém, trata-se de um apetrechar dos instrumentos jurídicos necessários à execução da sua política económica mesmo que, para tanto, os custos iniciais tenham de incidir nos domínios do (des)emprego. Para o Executivo, é uma tentativa para criar as condições de maleabilidade susceptíveis de interessar o investidor e as empresas, por de mais imobilizadas — do seu ponto de vista — pelos diplomas vigentes.

Haverá para cada um a sua verdade mas é curioso que as interrogações também subsistem em certas franjas aliancistas e não são raros os deputados que se interrogam quanto aos verdadeiros objectivos do voto que lhes é solicitado, o que parece demonstrar a escassez de esclarecimento interno nos partidos coligados e, sobretudo — o que se torna particularmente grave — a falta de articulação entre o poder e a maioria que lhe serve de base social de apoio.

E quando os casais deixam de fazer confidências entre si é quase certo que o divórcio já não vem longe. Há quem diga, até, entre as gentes da maioria, que o matrimónio só deve durar até Maio — quando se concluir a revisão constitucional.

memória

96 voar, c/a memória / de asas /
no sentido inverso / do silêncio / e do sono

veir / de infância / a rasar a memória

uma por uma as penas / a formularem a memória /
de asas do anjo (17)

entreabrir-lhes (...) os sonhos - a mente /
emp.^{to} eles observam 22

veus de um sonho / tomado / de infância 43

os anjos alados / de memória

a tomar conta / de memória

poisar um pouco / nos penapeitos / de memória /
antes de recomeçar / o uso / de refresso a casa

e a memória, / de os teus dedos poissados / nas asas dos
meus ombros

em uso raso / parte de sua boca / a memória (92) 89

Fundação Cuidar o Futuro

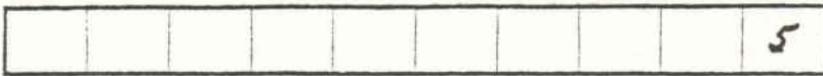
ψ - 82 (ψ ms) → 103, 104 - o moir / de ms

Deixar-me voar
por cima do teu
colo
até ir poisar
na tua alma
188

↔ Beija-me leve / na fronte

↙ não sonos os anjos /
de te tempo /
Astronautas,
voando na memória
nas galáxias do vento...

32 Tem



Parlamento concedeu urgência ao "pacote laboral"

Teresa Gonçalves

O «pacote laboral» terá urgência na Assembleia, decidiu ontem o plenário graças aos votos da AD e contra a opinião de todas as bancadas da Oposição parlamentar.

De resto, um plenário de autocrítica. Os deputados reconheceram ter «metido a pata na poça» quando «embarcaram «em notícias vindas a lume sobre um acórdão (que nunca chegou a existir) do Supremo, admitindo a julgamento os responsáveis pelo processo de descolonização».

Ao «mea culpa» cria-se livrar o PCP. Habilmente e jogando com um pau de dois bicos. Rapidamente levado às cordas por Lopes Cardoso, acabou por fazer triste figura.

Timor, outro tema para o plenário de ontem com a particularidade de ter sido um timorense português, o deputado da ASDI Manuel Tilman, a trazê-lo de novo à ribalta.

«Podemos esquecer os rostos distantes, os gritos lancinantes do Povo de Timor-Leste e ficar diante do nosso rosto? Ou nós vamos expulsar os invasores de Timor-Leste?»

É que o passar lento dos anos acaba por diminuir aos olhos do mundo os casos dramáticos da História. E Manuel Tilman aponta como exemplo flagrante a redução da margem de votos com que, na Assembleia Geral da ONU, se vai aprovando, anualmente e em jeito de ritual, a resolução que consigna a Timor-Leste o direito à autodeterminação e que condena a ocupação das tropas indonésias. O deputado da ASDI recorda também o papel decisivo de Portugal e apresenta uma série de propostas concretas.

A constituição de um «Grupo de Contacto» para Timor-Leste é, talvez, a mais importante iniciativa que Manuel Tilman propõe. O «Grupo de Contacto» seria criado pela iniciativa portuguesa e com a preocupação de privilegiar os países de expressão portuguesa, incluindo o Brasil e os estados vizinhos de Timor.

Timor-Leste é um tema que poucas divergências suscita. Ontem, no

plenário, apenas dois factos a salientar, nesta matéria.

Por um lado, a pressa com que o CDS, pela voz de Rui Pena, propôs que o ministro dos Negócios Estrangeiros fosse traído à Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros para dar conta das razões da falta de iniciativa portuguesa na ONU em torno deste caso. Esta pressa de Rui Pena será mais correctamente entendida se se tiver em conta que, hoje, André Gonçalves Pereira é um homem cuja política externa não agrada de modo nenhum aos sectores mais à direita da AD.

Por outro lado, a dimensão da nebulosa que pesa sobre o futuro de Timor-Leste foi, de certo modo, precisada quando Manuel Tilman recordou que até os países do Leste Europeu se abstêm quando, nas Nações Unidas, se trata de aprovar as resoluções sobre o direito do povo mau-ber à independência política.

Urgência contemplada

O Governo, ontem representado na Assembleia pelo secretário de

Estado do Trabalho, viu satisfeito o seu pedido de prioridade e urgência para a discussão e aprovação do chamado «pacote laboral».

Trata-se, como é sabido, de uma proposta governamental que visa a alteração da lei dos despedimentos e também a restrição dos contratos a prazo. É uma proposta que vem alterar profundamente o quadro das relações de trabalho neste País, mas que o Governo considera como fundamental para a recuperação económica e a estabilidade social.

Ontem, a Oposição iniciou um combate de morte à proposta governamental enquanto medida legislativa que se propõe alterar radicalmente as relações de poder em Portugal e a favor da classe dominante e do patronato em particular.

A maioria e o seu secretário de Estado quedaram-se numa argumentação mais simples e mais formal para defender a urgência, escudando-se, para já, contra a análise do conteúdo da lei.

A urgência foi concedida. Em meados de Janeiro, o «pacote laboral» do Governo estará no plenário para discussão.

O CDS dividido

Antes disso, já a 14 de Dezembro, vai estar o OGE em debate na Assembleia. Ontem, forte polémica estalou no Grupo Parlamentar do CDS, a propósito da forma como a proposta de lei do Orçamento foi apresentada à Assembleia.

Recorda-se que a ASDI impugnou a admissibilidade da proposta, alegando razões de não cumprimento de prazos e de falta de documentos tão importantes como as Contas do Estado relativas a 1980.

Ontem deveria ter sido debatida a impugnação. Falhou o tempo, mas deputados houve do CDS — nomeadamente Luis Beiroco e Rui Oliveira — que pretendiam a desvinculação do seu grupo parlamentar da decisão da AD em não aceitar a impugnação da ASDI. Também esses deputados considerariam que o OGE não foi apresentado nas devidas condições. Acabou por prevalecer a opinião da direcção do Grupo Parlamentar centrista, no sentido de ser mantida a solidariedade entre as bancadas da AD e com o Governo também neste caso.

tempo

- séculos e séculos de anos
- as asas frmentes a baterem no tempo
- vêm/ de il fãncia / a rasar a memória
- naquele segundo/ em j se ouve bater/ o coraç das pedras
- o apoio de uma/ asa/ no voo raso às raízes do tempo
- à flor-do-dia
- aos olhos do tp./ a transgressão/ das horas
- a usarem noite dentro
- até à faz do tempo
- ,

Fundação Cuidar o Futuro

Nadamos? / De costm, / no espaço deste século

